
046ª SESSÃO ORDINÁRIA – 28MAI2014

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 33ª a 36ª Sessões Ordinárias. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.** Apregoo Declaração de Voto firmada pelo Ver. Valter Nagelstein. (Lê.): “Justificativa de Voto. Me abstenho na votação do PLCE nº 010/13, que altera o Plano Cicloviário, em virtude de defender desde o primeiro momento a manutenção da lei original. 21 de maio de 2014. Ver. Valter Nagelstein”.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Bernardino Vendruscolo, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia 26 de maio de 2014.

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Quinze Vereadores presentes. Não há quórum.

O Sr. Engº Comassetto: Sr. Presidente, está totalmente insalubre trabalharmos neste plenário, porque o trabalho que está sendo feito aqui é com cola de sapateiro. Eu já estou com uma dor de cabeça insuportável. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vamos enviar sua manifestação para o serviço de manutenção, Vereador.

O Ver. Mario Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARIO FRAGA: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público das galerias e público que nos assiste pela TV Câmara. Primeiro, lamento não termos quórum para entrarmos na Ordem do Dia. Para os Vereadores que estão chegando e não estão sabendo: infelizmente não houve quórum para a Ordem do Dia. Então, vamos trabalhar na Pauta, em liderança, e talvez mais tarde possamos reunir as lideranças para entrarmos na Ordem do Dia. Temos alguns projetos importantes, e nós

do PDT, gostaríamos de entrar na Ordem do Dia ainda hoje. Somos pela reunião de líderes para tentarmos uma nova pauta para a Ordem do Dia.

Aproveito este momento de liderança do Partido Democrático Trabalhista para falar da visita que o ex-Secretário Mauro Zacher fez à Praça Central de Belém Novo, onde há uma demanda da comunidade para que seja pavimentado o entorno da praça. Principalmente, agora, no inverno, quando o barro se forma em frente à Igreja, local de grande fluxo de pessoas, assim como embaixo da nossa figueira, onde é realizada a Feira de Artesanato, todos os domingos há pessoas expondo ali. Então, fomos com o ex-Secretário para dar uma olhada lá, por uma demanda antiga da comunidade para a praça central de Belém Novo. Então, estamos contentes com a visita do ex-Secretário Mauro Zacher, e ficou de estudar essa nossa demanda.

Por outro lado, em Pauta, em seguida, um projeto de minha autoria que concede o passe escolar para as crianças de quatro e cinco anos. Hoje, já está na Comissão esse projeto, em seguida, deverá vir a plenário. O que significa isso para quem está nos assistindo pela TV Câmara e para quem nos visita pela primeira vez? Que o projeto que coloquei para aprovação nesta Casa. Hoje, as crianças de quatro e cinco anos não têm direito a passe escolar. Então, esse meu projeto dá o mesmo direito que uma criança de seis anos tem, ou seja, as crianças menores não precisarão mais passar por baixo da roleta ou pular a roleta. Esse projeto vem para beneficiar as pessoas crianças mais carentes.

Então, Sr. Presidente, fica aqui o nosso agradecimento, na forma de rodízio, estabelecido pelo líder Ver. Márcio Bins Ely, hoje se fala em Comunicação de Líder pelo PDT, e fica aqui também, Ver. Cláudio Janta, a sugestão, Ver. Paulo Brum, do nosso Partido para que a gente faça uma reunião de Lideranças e volte a entrar na Pauta, para que possamos cumprir a Ordem do Dia, onde temos diversos projetos a serem votados. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo o Memorando nº 030/14, de autoria da Ver.^a Sefora Mota, informando que participará da palestra Educação Especial para

Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, no City Hotel Porto Alegre, no dia 28 de maio.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Ver. Mauro Pinheiro, que preside os trabalhos, boa tarde a todos e todas! Estou muito preocupada, mais uma vez, com a situação da saúde na nossa Cidade. Não é de ontem que nós viemos acompanhando os graves problemas envolvendo a estruturação e a saúde pública municipal. Seja o problema de falta de equipes de estratégia de saúde da família, que deveriam ser mais de 200 para cobrir toda nossa população – porque eles estão longe de atingir essa meta – seja a falta de funcionários, médicos, enfermeiros e profissionais da área da saúde nos nossos hospitais e nas nossas Unidades Básicas de Saúde, para garantir o atendimento à população da nossa Cidade, seja o assédio moral que tem sido prática recorrente da Secretaria Municipal da Saúde, vide o caso grave do corte do ponto dos trabalhadores que, dentro das prerrogativas legais, fizeram uma paralisação nos dias 27 e 28 de março, chamando atenção para o caos instalado na saúde no Município de Porto Alegre. E não só não tiveram atendidos seus pleitos diante do governo Fortunati, como ainda foram perseguidos, alguns trabalhadores tiveram o ponto cortado. Nós tivemos o informe de que houve, sem nenhum processo administrativo, sem um amplo direito de defesa, nenhuma comunicação, a retirada de duas enfermeiras no postão da Bom Jesus. Então, nós estamos muito preocupados, e aqui estão os trabalhadores do Hospital Porto Alegre – eu não tinha visto a presença de vocês –, estão aqui também para trazer mais um elemento da gravidade da situação da saúde no Município, da nossa Cidade. E hoje nós estamos chocados com a notícia que foi veiculada nos grandes meios de comunicação e que já havia sido alertada por outros estudantes e trabalhadores na área da Saúde, sobretudo, o médico Marcelo Rocha, que havia me alertado, em relação à tentativa de retirar a distribuição dos remédios dos postos de saúde da Capital. A Secretaria Municipal da Saúde anuncia que, a partir do dia 15 de junho, a população não poderá mais buscar medicação nas unidades básicas de saúde, medicação que muitas vezes diz respeito à hipertensão e a outras doenças que necessitam de medicação sistemática, como a diabetes e a hipertensão. De uma maneira absurda, a Secretaria Municipal de Saúde

anuncia hoje que cancelará essa retirada. Então, o povo não poderá mais procurar as unidades básicas de saúde, mas as farmácias populares mais próximas da sua região. Aí temos dois problemas. Primeiro, a questão da centralidade e da proximidade. Sabemos que muitas regiões contam com unidade básica de saúde, que é o lugar mais perto para essa população. Então, a Prefeitura, ao retirar a retirada de medicamentos desses locais, afasta a população das suas medicações. Em segundo lugar, as farmácias só aceitam que os beneficiários das receitas retirem os medicamentos. Hoje, com uma procuração, é possível que um familiar de uma idosa de 80 anos busque, na unidade básica de saúde, essa medicação. Então, é uma situação periclitante. É muito grave o que ocorre neste momento no Município de Porto Alegre. Mais uma vez, de forma intransigente e autoritária, a Secretaria Municipal da Saúde muda as regras do jogo no segundo tempo, aos 45 minutos do segundo tempo. A população está sendo atacada em mais um direito, que é um direito essencial, porque a possibilidade de ter medicação para as enfermidades é a garantia do tratamento adequado. E, por outro lado, nós vemos esses dois ataques somados com o quadro dramático na saúde, que é o desmonte e o sucateamento da saúde pública: o assédio moral aos trabalhadores, a falta de funcionários, de profissionais da área da saúde nas unidades básicas e nos hospitais e também o ataque ao Hospital Porto Alegre.

Eu quero deixar aqui o nosso repúdio a essa política do Secretário Municipal de Saúde e deixar consignado na Câmara que é necessário que a gente faça com que a Secretaria não ataque este direito da população, que é o de retirar as suas medicações nos postos de saúde da Capital.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente dos trabalhos, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu quero iniciar a minha fala fazendo uma referência – e aqui não vou citar o nome – ao colega que me antecedeu e que manifestou o seu sentimento pela falta de quórum. Ele deveria ter dito que 50% da sua Bancada não estava presente, porque, senão, fica ruim para nós que estamos aqui, porque as pessoas que

estão assistindo não sabem quem está ausente e quem está presente. Então, por favor, temos que fazer justiça. Se vai denunciar que não teve quórum para a Ordem do Dia, faça justiça e diga o nome daqueles que aqui estão.

Por outro lado, Ver. Dr. Thiago, eu não consigo conviver com este tipo de gente: estelionatários, falsários e homem público medroso. Os falsários e estelionatários, eu já disse que muitos deles têm lá no meu Partido, e eu quero ficar longe deles – PROS. Eu não sento à mesa com gente que não tem o mesmo comportamento que eu e os companheiros do Partido têm. Chega! Ou nós assumimos uma postura com coragem, ou nós vamos ficar a vida inteira fazendo demagogia Brasil afora, vendendo uma coisa, entregando outra.

Eu quero cumprimentá-lo, Ver. Dr. Thiago, pela sua coragem de assumir a sua postura, defendendo a sua classe, dos médicos, a Saúde. Quero cumprimentá-lo por isso, porque os Parlamentos hoje são Parlamentos dos Municípios, dos Estados, da União: “Ah, eu sou da base, eu não posso fazer crítica ao Governo.” V. Exa. tem esse perfil, então quero cumprimentá-lo. Esse também é um caminho no qual também temos que investir e valorizar quem age assim, porque, senão, não dá; senão a gente vai passar um tempo, aqui nesta Casa, sem dizer por que veio e por que chegou. Quero cumprimentá-lo por isso. Temos que ter coragem, sim. Temos que ter coragem de denunciar, temos que ter postura, doa a quem doer. Não é porque, de repente, faz parte da base deste ou daquele governo que nós perdemos o direito de protestar; nós não podemos perder o direito de nos indignar com as coisas que nos indignam, com as injustiças da sociedade. Então quero cumprimentá-lo por isso também, mais uma vez. Parabéns, e o senhor sabe da admiração que eu tenho por V. Exa. por assumir essa postura. Obrigado. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Quero, em nome da Casa, saudar os funcionários do Hospital Porto Alegre que estão se manifestando, dizer que esta Casa os recebe e dá as boas-vindas. Contem com esta Casa.

O Sr. Dr. Thiago: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, quero lhe agradecer essa saudação e informar que, amanhã, às 17h, vai ter uma nova reunião, agendada pelo Ver. Nedel, com a presença de nós todos, membros da Comissão, e de todos os membros do

hospital, para tentar deslindar essa questão do Hospital Porto Alegre. O Hospital Porto Alegre não pode fechar! E com o esforço desta Casa, certamente, não vai fechar!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos à

PAUTA

O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, os temas da pauta hoje, ou seja, os primeiros projetos que dão entrada nesta Casa, entre eles, quero tratar aqui do projeto de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que determina uma punição ou uma multa para todos aqueles que utilizam os telefones emergenciais da nossa Capital para realizarem trotes. Nós sabemos que isso tem ocasionado um conjunto de problemas para a estrutura pública, Ver. Marcelo Sgarbossa, sejam para os telefones do trânsito da Cidade, sejam para os telefones dos bombeiros, sejam para os telefones da SAMU. E cumprimento os trabalhadores da saúde que aqui estão, que sabem o que significa para uma estrutura da saúde quando é realizado um trote e tem que ser feito todo um deslocamento para que essa estrutura possa dar suporte ao socorro, que sempre é a sua determinação e a sua função.

Então, nós temos muitos problemas sob o ponto de vista da responsabilidade e da cidadania, ou seja, da responsabilidade sobre o serviço público da Cidade.

Nós, aqui, fazemos as leis, cobramos e exigimos que elas sejam cumpridas, mas a sociedade tem a responsabilidade de cuidar, tratar e fiscalizar que a estrutura pública seja bem utilizada e bem cumprida.

Portanto, tem todo o nosso apoio os serviços de emergência. Uma pessoa que liga de um telefone público, Ver. Cecchim, para dar um trote, não é um cidadão, não pode ser tratado na postura da afirmação da cidadania. Cada vez é mais difícil o tema dos serviços públicos estarem ao alcance de todos. E esses serviços, da saúde, de bombeiros, do trânsito ou de qualquer serviço emergencial, têm que ser bem tratado, protegido e bem utilizado.

Portanto, aquelas pessoas que se utilizam disso para dar trote, ou outra finalidade que não seja a do serviço público, têm que ser responsabilizadas, sim.

Quero, aqui, Sr. Presidente, no momento em que está aqui uma comunidade de um hospital, dizer que temos tido, ultimamente, um conjunto de problemas nos hospitais da Cidade: é o Hospital Parque Belém, que ameaça ser fechado; é o Hospital Porto Alegre, que está reivindicando uma boa funcionalidade.

Portanto, nós apoiamos que o Poder Público Municipal, junto com esta Casa, tem que abrir o diálogo, tem que abrir uma discussão, fazer uma análise do que representam essas instituições.

Eu estou aqui, também, com a liderança das olarias da Zona Sul de Porto Alegre, que há muito tempo está, nesta Casa, reivindicando que a justiça seja feita no que diz respeito à cobrança das taxas do Município em relação a esse equipamento. Para quem não sabe, na Zona Sul, Extremo-Sul de Porto Alegre, tem uma atividade industrial baseada no setor primário, na extração de argila, que já foi uma das principais atividades de Porto Alegre, berço da cultura açoriana ainda, e que, há dez anos, nós tínhamos 25 olarias, e, hoje, temos 12, que estão se desconstituindo. E aí o que faz o Poder Público Municipal? Cobra uma taxa de lixo incoerente com a realidade, porque os galpões são imensos, para secar o tijolo; são medidos pela metragem construída, e não pelo lixo gerado. E aí são R\$ 15 mil, R\$ 20 mil, R\$ 30 mil por ano só de taxa de lixo. Isso é inconcebível!

Quero cumprimentar as lideranças que estão aqui aguardando a Secretaria da Fazenda, que se comprometeu a vir a esta Casa para dialogar sobre o tema. Então, Sr. Presidente, concludo a minha fala, neste momento, em Pauta, dizendo que apoiamos a punição àqueles que dão trote nos telefones públicos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. DR. THIAGO: Obrigado, Presidente, Ver. Mauro Pinheiro. A primeira consideração que eu quero fazer aqui, Dr. Luiz Afonso, com todo o respeito que a Diretoria Legislativa merece, é sobre o projeto do Ver. Márcio, que está em Pauta. Ele é idêntico ao meu, que é a Lei nº 11.144, de 21 de outubro de 2011. É idêntico! Nós estamos com problemas!

Chupim não! Nós estamos com problemas, porque é idêntico! Ele só acrescenta a questão da central de atendimento ao cidadão, o 118, mas, no restante, ele é idêntico. É um projeto que revoga uma lei idêntica! Então já peço, aqui da tribuna, a consideração da nossa Diretoria Legislativa e da nossa Procuradoria sobre a prejudicialidade desse projeto, que é idêntico!

Com relação à questão do Hospital Porto Alegre, eu quero hipotecar a minha total solidariedade. Quero dizer para vocês que o problema, talvez, tenha se agravado, Ver. Reginaldo Pujol, a partir da aprovação nesta Casa, no ano passado, com o seu voto contrário, Ver. Reginaldo Pujol, e com o meu voto contrário, do projeto que autoriza ao Município a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e laboratorial ao operador de plano de saúde em Porto Alegre – o Ver. Cláudio Janta também votou contrário. Isso agravou a situação do Hospital, fez com que o Hospital pudesse ser condenado a uma penúria maior do que a que já vinha sendo, sendo tratado de forma mais desrespeitosa do que já vinha sendo tratada. Então, eu acho que é muito importante que todos saibamos disso. Houve votos contrários, muito poucos, nesta Casa, a esse plano colocado pelo Executivo, e é importante que a gente cobre sempre a coerência de todos os Vereadores – sempre a coerência de todos os Vereadores.

Com relação à questão da saúde, eu quero dizer que tenho a mais profunda divergência dessa questão de medicamentos. Um dos princípios do SUS se chama acessibilidade: se ele não dá acesso à consulta médica, ele tem que dar acesso à medicação; se ele não dá acesso à consulta médica, ele tem que dar acesso, pelo menos, ao tratamento e aos exames básicos. Esse é o princípio do SUS. Se nós não fizermos isso, o que nós vamos fazer nas Unidades Básicas de Saúde? O que nós vamos fazer nos PSFs? O que os profissionais vão estar lá fazendo? Então, isso contraria os princípios do SUS, contraria leis nacionais. E eu quero fazer um convite a todos os Vereadores para que aqui nós possamos construir uma legislação que proteja, Ver.^a Fernanda Melchionna, os pacientes; que proteja as pessoas que precisam do SUS; que proteja aquelas pessoas que juntam R\$ 20,00, R\$ 30,00, fazem uma consulta num local de consultas populares e depois não têm recursos para comprar o seu remédio. Por que eles não vão poder tirar o remédio na Unidade Básica de Saúde? Por que eles não vão poder tirar o remédio no PSF? Porque a Secretaria não tem dinheiro. E onde ela botou o dinheiro? É isto que nós estamos querendo saber, Ver. Pedro Ruas: aonde é que foi o dinheiro da saúde? Onde é que está

o dinheiro da saúde? Onde é que está o dinheiro do livro? Onde é que está o dinheiro dos contratos imensos com os grupos que terceirizam a saúde sem licitação? Onde é que está o dinheiro da Sollus? É isso que nós queremos saber! O gato comeu.

Então, eu convido a todos para que nós possamos fazer essa profunda reflexão. E quero me solidarizar ao Correio do Povo, no seu editorial no dia de hoje, quando coloca “saúde: piorando o que está ruim”.

Por fim, quero dizer, Ver. Reginaldo Pujol, que tenhamos a clareza, que tenhamos a coerência, para salvar o Hospital Porto Alegre, para salvar o Hospital Parque Belém; que tenhamos a clareza de que a Cidade não pode prescindir dessa instituição. O Hospital Porto Alegre trata os funcionários da Prefeitura menos aquinhoados, os pensionistas, trata os profissionais do DMAE, que, depois de muito custo, de muito esforço, ganham um salário mínimo. É disso que trata o Hospital Porto Alegre. E esses profissionais e essas pessoas que trabalharam anos e anos pela Prefeitura têm que continuar tendo dignidade – têm que continuar tendo dignidade. É por isso que nós temos que nos esforçar para manter vivo não só o trabalho no Hospital Porto Alegre, mas também para manter viva a esperança dessas pessoas! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está presente, junto com os funcionários, o Sr. João Paulo Galvez Machado, Presidente da Associação dos Funcionários Municipais de Porto Alegre. Seja bem-vindo a esta Casa, Presidente. Também o Sr. Adalberto Pio de Almeida, Coordenador Administrativo da Associação dos Funcionários Municipais de Porto Alegre; o Sr. Hermeto Rocha do Nascimento, advogado da instituição. Sejam todos bem-vindos, junto aos funcionários.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. PEDRO RUAS: Meu caro Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste; o tema que me traz à tribuna é exatamente este, é a questão do Hospital Porto Alegre. Eu acho que há divergências no conjunto dos encaminhamentos ao longo do temp, mas há uma convergência absoluta de opiniões – e tem que ser absoluta –, Ver. Dr. Thiago, no que tange à manutenção do Hospital Porto Alegre e das suas condições de existência digna e útil para toda a comunidade,

particularmente para os municipais. Para todos nós, Vereadores e Vereadoras de Porto Alegre, há uma obrigação, sim, em esclarecer o que está ocorrendo quando o Executivo Municipal se nega, Dr. Hermeto, ilustre colega advogado, a pagar uma dívida líquida e certa, colocando em risco a existência, a sobrevivência de uma instituição de tal porte. O Hospital Porto Alegre, neste momento, precisa de nós, ou os que nós representamos, ao longo dos anos, precisaram do Hospital Porto Alegre. E ele estava lá: com seus servidores, com seus médicos, com a sua administração. Eu sei, o Dr. João Paulo sabe que eu sei, a dificuldade que é hoje, Rogério Benites, que tem atuado tanto nisso, um paciente conseguir quimioterapia! Nós sabemos a dificuldade que é para um paciente fazer isso neste momento. Há dez, 15 dias não faziam. Nós vivemos um momento dramático na Cidade. Dramático! Um hospital com a tradição e com os serviços que pode prestar o Hospital Porto Alegre correr o risco sério e, na prática, é quase uma realidade não poder prestar o seu atendimento! Mas o que é isso? Em que mundo vivemos? Qual é o argumento da Prefeitura para que o DMAE não pague a dívida que tem? Uma dívida séria, líquida e certa!

Nós não podemos, Vereadores e Vereadoras, aceitar que essa situação permaneça. Porto Alegre, em relação ao País, se envergonha de ter um hospital pronto e equipado e que não pode ter uma utilização plena, humanitária, necessária, porque o Executivo Municipal não paga a sua dívida! E impõe, de forma draconiana, como condição para a renovação do convênio, o perdão da dívida. O que é isso? É uma chantagem? O Hospital não pode aceitar isso! Porto Alegre não pode aceitar isso! Nós, Vereadores, não podemos compactuar com essa barbaridade! O convênio tem que ser reafirmado, renovado; e a dívida tem que ser paga! E se não for paga agora, terá que ser em algum momento, mas jamais ser condição, ser moeda de troca para firmar outro convênio. É indigno que o Executivo imponha isso! Nós, da Câmara Municipal, não vamos aceitar isso! Para nós, todos, Ver. Mauro Pinheiro, isso é uma agressão insuportável! Nós sabemos – aqui encaminho a minha conclusão – a importância do Hospital Porto Alegre ao longo dos anos; nós sabemos da importância no presente e no futuro. Este Poder Legislativo Municipal, esta Casa tem a tradição da defesa óbvia dos cidadãos, representa os porto-alegrenses, inclusive na defesa direta e absoluta dos municipais. Nós sabemos que o nosso papel agora é decisivo. Hospital Porto Alegre, tenha certeza que a nossa luta, o nosso esforço não há de lhe faltar! Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Professor Garcia reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver. Pedro Ruas. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, venho a esta tribuna para lembrar ao povo de Porto Alegre, a todas pessoas que nos escutam, que este ano nós vamos trabalhar até o dia 31 de maio para pagar impostos. Então, tudo o que nós ganhamos até o dia 31 de maio, Ver. Tarciso, foi para o Governo. O Governo que, para um salário de R\$ 1.700,00, cobra 7,5% de Imposto de Renda. O Governo que cobra 52%, no mínimo, de impostos, incluídos nas contas de luz, água, telefone, nos alimentos, na pinga. O Governo que vem sacramentando e tirando, como sendo um Robin Hood ao contrário, cada vez mais do povo brasileiro. Este Governo tira do povo 41,6% da renda neste ano – para quem ganha R\$ 1.000,00 mensais, R\$ 410,00 são para pagar impostos.

Ontem ainda vi o Ministro da Saúde dizendo que a Saúde no Brasil está padrão Copa do Mundo! Esse homem deve estar se drogando, usando drogas muito pesadas para ter a cara de pau de, no programa de rádio Hora do Brasil, dizer que a saúde está no padrão Fifa! Estão aqui dois hospitais de Porto Alegre ameaçados de serem fechados, e aí o Governo autoriza – autoriza – o saque do FGTS para a construção de estádios, para cumprir os critérios da Fifa, para a Copa do Mundo. Ninguém é contra a Copa do Mundo, inclusive, esperamos que a Seleção Brasileira ganhe todos os jogos, seja campeã invicta, de goleada; esperamos que o Brasil traga mais uma taça, a mesma taça que desfilou por todas as Capitais brasileiras. Agora, somos contra a roubalheira da Fifa, somos contra a roubalheira do Governo, que vai fechar dois hospitais em Porto Alegre, onde há carência de leitos, porque não tem recursos! Mas pega os recursos do Fundo de Garantia e os dá para a Fifa! Mas que pegue o dinheiro da saúde e bote nesses hospitais! As pessoas não podem ser transferidas para Canoas por não haver leitos no Hospital Cristo Redentor. O Pronto Socorro de Porto Alegre tem uma ala inteira que até agora não foi concluída, e aí não tem dinheiro. Mas onde está o dinheiro, Dr. Thiago? O gato comeu, pelo jeito!

Dinheiro para obras da Fifa, tem; dinheiro para pagar garotos propaganda, tem; dinheiro para investir em propaganda, que, de a cada sete, seis são do Governo, tem; agora, dinheiro para salvar o seu povo, dinheiro para salvar os trabalhadores – não tem! Isso é uma vergonha. Esperamos que o Congresso Nacional, assim como esta Casa, façam uma CPI da Saúde, porque precisamos investigar onde estão faltando esses recursos, precisamos saber como dois hospitais fecham em Porto Alegre, quando não temos leito – o que é isso? É problema de gestão, é má administração – o que é isso?

Queria dizer que o Governo Federal tem que participar mais da vida das pessoas, tem que esquecer um pouquinho das festas, esquecer um pouquinho das roubalheiras, e, principalmente, pegar esses recursos que foram desviados da Petrobras – esses R\$ 120 bilhões que foram desviados nos últimos dez anos e investir no povo, na sua saúde. Com força e fé, nós vamos mudar um pouco a vida do povo brasileiro. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver. Dr. Thiago. Em relação à sua fala, segundo informa a Diretoria Legislativa, a Lei nº 11.144/2011, de autoria de V. Exa., foi juntada ao processo pela própria Diretoria e comunicado ao autor do PLL nº 081/14, Ver. Márcio Bins Ely, que optou por revogar a Lei de autoria do Ver. Dr. Thiago. A Diretoria Legislativa informa também que ela não tem o poder de impedir a tramitação de projetos, apenas de levar ao conhecimento dos autores, situações como a presente, exatamente como ocorreu neste caso.

O Sr. Dr. Thiago: Presidente, eu gostaria de solicitar vista do processo; vou conversar com o Ver. Márcio Bins Ely, e, se ele mantiver essa situação, que é um projeto igual, eu terei, infelizmente, de mover uma ação por ele estar incorrendo em um direito autoral deste autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereador, V. Exa. poderá fazê-lo por escrito, mas eu quero dizer que, na realidade, ele está alterando a sua lei.

O Sr. Dr. Thiago: Presidente, de forma muito fraternal, eu discordo disso; o teor é *ipsis litteris*, altera uma vírgula o projeto, realmente não está alterando o teor.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Eu sugiro, como ele é colega de Bancada, que se facilite o entendimento entre seus pares.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu estou inscrito para falar em Pauta por um equívoco da minha parte. Vou acreditar como sendo um equívoco da minha parte, porque acho que a nossa Diretoria Legislativa não cometeria o equívoco de deixar de colocar na Pauta o projeto de lei de nossa autoria, que concede o título de Cidadão Honorário de Porto Alegre ao Dr. Artur Pacheco Seabra, Diretor Médico do Hospital Porto Alegre – referência da qualidade da medicina naquele hospital. Acho que o equívoco foi meu, acho que já passou, acho que o processo já está andando. Mas a paciência com que eu aguardei, Sr. Presidente, me tranquiliza num particular, porque eu tive oportunidade de ouvir pronunciamentos, um dos quais eu quero saudar, emocionado. Eu tenho de convivência amistosa, porém divergência, com o Ver. Pedro Ruas, cerca de 20 ou 30 anos nesta Casa. Raramente nós concordamos. Hoje eu concordo com Vossa Excelência. Defender o Hospital Porto Alegre é um dever de qualquer Vereador de bom senso nesta Casa! (Palmas.) E eu fico muito feliz, Ver. Thiago, que as nossas vozes isoladas de pouco tempo atrás passem naturalmente a contar com várias adesões significativas, o que demonstra a correção na nossa posição e a certeza de que, ao final e ao cabo, nós seremos vitoriosos e que ninguém há de fechar o Hospital Porto Alegre a não ser que haja o nosso protesto! (Palmas.)

Eu vejo, Sr. Presidente, que o meu querido Ver. Bernardino Vendruscolo falava do constrangimento das pessoas que integram a base do Governo enfrentam em determinadas situações. Eu quero dizer, com toda a sinceridade, que essa carapuça eu não visto. Eu não tenho constrangimento nenhum em dizer que nesse particular o Governo, no meu entendimento, está completamente equivocado. E não é a primeira vez que vou dizer isso e não será a última. Vejo que o Vice-Prefeito desta Cidade, meu amigo pessoal, meu parceiro nesta Casa, o ex-Vereador Sebastião Melo, está envolvido nas tentativas, buscando uma composição e um acerto. Quero dizer que neste particular eu serei um aliado fortíssimo do Governo, desde que realmente o trabalho seja no sentido de fazer com que se tenha um entendimento digno, decente, adequado e que preserve o

Hospital Porto Alegre com os seus trabalhadores, com a sua qualidade técnica, com seus bons serviços e não seja mais um Hospital a fechar as portas na cidade de Porto Alegre. Esse, mais do nunca e mais do que qualquer outro, tem que ser preservado. Por isso, Sr. Presidente, não sei se não estou infringindo o Regimento me manifestando da forma que estou, mas, mais que a Pauta escrita, há a pauta dos debates da Casa, e a Casa, neste momento, debate: estamos a favor ou contra, estamos para defender ou não o Hospital Porto Alegre? E temos que dizer: “Sim, nós queremos defender o Hospital Porto Alegre!”. É antirregimental, mas é sincero. (Palmas.)

Por isso, Sr. Presidente, quero salientar os bons pronunciamentos que aqui já ocorreram e dizer que a Pauta, hoje, encerra bons projetos. Felizmente, não está mais aqui o projeto que concede a cidadania ao Dr. Artur Pacheco Seabra, que é, sem dúvida nenhuma, a própria imagem da qualificação dos serviços médicos do Hospital Porto Alegre, que tem que ser preservado.

Fui longe demais, posso ter até transgredido o Regimento, mas falaram a minha sinceridade e o meu compromisso histórico com o Hospital Porto Alegre, para sempre na sua defesa. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, estou vendo na Pauta um projeto da Ver.^a Lourdes Sprenger, que concede o Título de Cidadão ao Marcelo Savino Portugal.

O Marcelo Portugal, Ver. Villela, é um economista, professor da nossa Universidade Federal, consultor de entidades públicas e privadas. Competente, faz um grande trabalho na cidade de Porto Alegre, merece o Título de Cidadão de Porto Alegre, Ver.^a Lourdes, e certamente nós vamos aproveitar para homenageá-lo junto com V. Exa., que teve esta ideia por ocasião da entrega desse Título. Nós estamos precisando de modelos, Ver. Valter Nagelstein, que ocupará o meu tempo no período de Comunicações do dia de hoje, e o Marcelo Portugal tem dado uma demonstração de que professor de universidade colabora não só com os seus alunos lá na universidade, não só transmitindo o seu saber,

mas o Marcelo Portugal também se dedica a outras causas importantes, como a causa animal; dedica-se a entidades filantrópicas; dedica-se a prestar assessoria gratuita aos Vereadores, por exemplo, auxiliando em projetos importantes, fazendo palestras esclarecedoras sobre o dia a dia da economia do nosso País. Por isso, Ver.^a Lourdes Sprenger, meus cumprimentos por ter proposto esse Título.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, colegas funcionários desta Casa, senhores e senhoras que nos assistem pela TVCâmara e aqui presentes. Venho aqui, neste período de Pauta, para falar sobre o projeto de lei de autoria do Ver. Márcio Bins Ely que fala em estabelecer multa e complementa, com outro projeto, no sentido do atendimento e trotes à SAMU. Sabemos que, infelizmente, e vamos aproveitar este espaço, temos muitas dificuldades na Saúde, temos muitas dificuldades no atendimento da própria SAMU, mas também há pessoas que reforçam essas dificuldades, com trotes. Eu vejo que o Ver. Dr. Thiago, quando se fala na Saúde ele é um dos grandes defensores, assim como, quando se fala na Segurança Pública, também me altero e, às vezes, extrapolamos e falamos algumas coisas que não devemos. Eu acho que chamar o colega Márcio de chupim por um erro, de repente, de ter repassado um projeto, na análise aqui do nosso Legislativo, é desnecessário. Mas que bom que existe mais de um projeto e que existe mais de um Vereador preocupado nesse sentido. Então é desnecessário. E que bom, agora nós já conversamos e está sendo acordado, para o senhor que está nos vendo de fora, está nos ouvindo, saiba que o sentimento aqui é de fazer pela comunidade. E há outros sentimentos, senhores, e me somo ao Ver. Reginaldo Pujol e aos demais Vereadores que falaram aqui sobre o Hospital Porto Alegre. E ontem recebi dois telefonemas, um do Antônio Aquino, lá da Restinga, Guarda Municipal, e outro do Pedro, meu querido amigo Pedrão, que trabalha na Prefeitura na parte da Secretaria da Fazenda, se não me engano, e os dois com o mesmo sentimento, com medo de que este Hospital feche. Sabemos que nós temos que avaliar e, quando se fala aqui que os Vereadores da base, às vezes, têm que se incluir em projetos que não estão ainda com

uma opinião firme... e eu me incluo nesses que, muitas vezes, aqui, votam contra algum projeto que não vem ao encontro das nossas consciências. Nós temos que estabelecer algumas coisas aqui, nós temos que estabelecer gestão. Nós temos que procurar ver a atual gestão do Hospital e, a partir daí, defender esse Hospital com unhas e dentes. E acho que, com os Vereadores da base e, com certeza, os Vereadores de oposição, porque aqui se quer saúde, se quer investimento na Saúde, e há pouco tempo fui Relator da ampliação do Hospital de Clínicas, e foram aqui todos unânimes nessa luta. Mesmo sabendo que existiam alguns entraves, fui Relator, houve uma emenda minha que passou, e todos aqui querem esse sentimento. Realmente não vamos participar de mais um fechamento de um hospital. Mas nós temos que ver gestão e uma forma coerente de lutar ao lado das pessoas que precisam do hospital aberto e rediscutir com o Secretário da Saúde e com o Prefeito sobre essa nova gestão e a situação da permanência e com melhor atendimento aos funcionários municipais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, funcionários do Hospital Porto Alegre, que aqui estão, acho que é um assunto muito importante de ser tratado aqui, sempre: a Saúde na nossa Cidade. Tem que ser tratada com muita seriedade. Não podemos nos aproveitar desse tipo de crise como vive o Hospital, e os trabalhadores estão aqui, nós estamos juntos nesta luta para que, de forma alguma, se instale aqui em Porto Alegre uma política de fechamento de hospitais, como é o caso do Hospital Porto Alegre. Hoje é importante que se diga, e vamos dizer porque é preciso ser dito, que, alguns setores políticos e econômicos instauraram uma onda no nosso País que está tornando o debate político irracional. Tudo é culpa da Copa, o problema da saúde, e antes fosse, porque aí passaria a Copa e estaria resolvido o problema da saúde. É importante dizer que hoje, pela primeira vez, efetivamente, o Governo do Estado consegue colocar os 12% do recurso do orçamento do Estado na Saúde, e é o Estado hoje que sustenta os quatro maiores hospitais de Porto Alegre. É preciso que se diga isso, assim como é preciso dizer que, graças ao Governo Federal,

está se fazendo a ampliação do Hospital de Clínicas de R\$ 408 milhões, e está se fazendo o fim da obra do Hospital da Restinga. Por isso eu quero aqui, em nome do PT, estender a mão aos colegas do Hospital Porto Alegre e dizer que nós somos parceiros para buscar solução, como temos sido parceiros para manter a saúde de Porto Alegre funcionando, mesmo sendo oposição. Porque nessa hora não se pode olhar o Partido, porque quem está lá na porta, na emergência, o servidor municipal que está precisando de atendimento, ele não tem partido, ele precisa de atendimento.

Quero dialogar com o Ver. Janta, no sentido de que temos, Ver. Dr. Thiago, o senhor que tem tido uma atuação firme, é preciso dizer, independente das nossas diferenças quotidianas na defesa da saúde, manter um bom nível do diálogo, senão vamos ter que fazer toda uma discussão de quem hoje está apoiando setores políticos do nosso País que sempre foram, por exemplo, contra o SUS, como é o caso do PSDB, cuja candidatura o Ver. Janta hoje apoia, do Aécio Neves. Esse é um debate importante para a gente fazer com seriedade, com a responsabilidade de quem sempre defendeu que a saúde do Brasil seja responsabilidade dos governos. Essa é a linha que sempre tivemos, é a linha de todos os investimentos que fizemos no HPS, é a linha de todos os investimentos que fizemos na saúde de Porto Alegre, que, infelizmente, enfrenta problemas de gestão.

E eu vejo o projeto do Ver. Márcio Bins Ely sobre multa para trotes do SAMU. Eu acho que a gente tinha que multar quando o SAMU demora mais de dez minutos, como está acontecendo quotidianamente na nossa Cidade. A gente recebe aqui reclamações de pessoas que acabam ficando uma hora e meia precisando do atendimento de urgência e emergência do SAMU na Cidade e falece. E toda a semana nos chegam esses casos. Então é isso que precisamos, Dr. Thiago. O senhor que é do PDT, que é do Governo, que é do Partido do Prefeito, precisa falar para o Prefeito qualificar a gestão da saúde de Porto Alegre. Porque nunca se viu efetivamente o problema que o senhor tem trazido aqui. E essa coerência de entender quem defende o quê é que precisamos discutir aqui, como o problema, agora, dos medicamentos: estão retirando dos postos de saúde de Porto Alegre a possibilidade da distribuição de medicamentos, centralizando e exigindo que idosos de 90 anos venham até a Farmácia Central buscar o seu medicamento. Isso é um retrocesso! E exigindo inclusive que a receita seja de quatro meses, enquanto que hoje, se não me falha a memória, é de seis, o que vai aumentar ainda mais a demanda nos postos para pegar mais uma receita, e ainda exigindo que as pessoas que hoje se

relacionam com as equipes de saúde da família tenham que, ao invés de ir ao seu posto, ir à Farmácia Central para buscar o medicamento. Este é o estado que faz os senhores estarem aqui hoje, esta é a situação da nossa Cidade, que nós temos aqui buscado dialogar. E se os senhores pudessem vir aqui mais vezes, estariam vendo esse tipo de situação que nós temos vivido na nossa Cidade. Sejam bem-vindos e contem conosco nessa luta para manutenção e fortalecimento do Hospital.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero agradecer ao Ver. Idenir Cecchim e à Ver.^a Lourdes Sprenger pelo tempo de liderança do PMDB. Quero cumprimentar a todos, especialmente aos que nos assistem pela TV Câmara, e dizer que na semana passada, Ver. Dr. Thiago, Ver. Alberto, eu falei aqui sobre a violência no Bairro Santa Cecília; são problemas de assaltos, de criminalidade, jovens que estão indo para o colégio de manhã e são assaltados, mulheres sozinhas chegando no final de tarde para estacionar o carro sendo assaltadas. Não tem mais hora do dia ali. Tem um ponto de venda de drogas, atrás do Planetário, que funciona permanentemente; paradoxalmente, a uma quadra do Palácio da Polícia. Então, pedi as notas taquigráficas para remetê-las ao Secretário de Segurança do Estado, ao Comando da Brigada Militar e à Chefia de Polícia Civil.

Venho aqui para falar de um outro bairro, em que o Ver. Idenir Cecchim, quando Secretário da SMIC, teve uma ação, e onde eu também tive uma ação, na verdade, a SMIC tem tido uma ação permanente, inclusive no que diz respeito à própria criminalidade e aos indicadores de criminalidade, que é a Cidade Baixa, o Bairro da cultura, um Bairro boêmio, onde convivem os moradores, Ver. Tarciso, nessa atividade pulsante que é a boemia, que é a noite, e que às vezes gera também muitos problemas e muitos conflitos, haja vista os conflitos que nós já tivemos no Shopping Olaria, no próprio Zaffari da Lima e Silva, depois na João Alfredo, depois na República. Mais recentemente os piqueniques que estavam sendo feitos no Museu Joaquim Felizardo, começaram a ter muita reclamação. Mas hoje pela manhã foi realizada, no gabinete do Vice-Prefeito, uma

reunião, onde estavam o Cidade Baixa em Alta, os empresários da Cidade Baixa, os moradores da Cidade Baixa, o Secretário Municipal da Indústria e Comércio, Dr. Goulart; o Secretário Municipal do Meio Ambiente, Cláudio Dilda; o Secretário Municipal da Cultura, Roque Jacoby; e várias outras instâncias, como o Rodrigo Kandrik, que faz parte da coordenação do CAR, para mais uma vez nós tentarmos encontrar uma saída mediada para o problema que recrudescer dos conflitos entre a boemia, que é boa, mas que precisa respeitar também o direito das pessoas que lá moram, o direito ao sagrado descanso, bem como a questão dos resíduos e de toda sorte de repercussões que esses problemas acabam tendo. A Brigada Militar estava lá também, os moradores estavam bastante revoltados, exigindo uma ação mais incisiva da Prefeitura, e eu acabei, por força daquela experiência que aquele meu colega teve também, dizendo que é muito delicado. Porque este problema da Cidade Baixa se presta também à exploração política e a mentiras, que são espalhadas nas redes virtuais, e depois a gente tem muita dificuldade de desfazer a mentira. A Internet é muito boa para disseminar a informação, mas também para disseminar coisas, muitas vezes, que não são verdadeiras, mas que pegam. Então, eu fiz esse alerta, do cuidado que nós deveríamos ter, do respeito à atividade cultural, aos músicos, e tudo mais, novamente, e do respeito ao direito dos moradores de lá. O que ficou determinado, e pelos próprios empresários do Cidade Baixa em Alta, é que eles concordariam em apontar aqueles maus empresários, aqueles que eles próprios não conseguem mais controlar, que eles já falaram uma, duas, três vezes, e esses empresários não atendem, não concordam, não ajudam. Ficou acordado também em estabelecer o mínimo de regras de civilidade na Cidade Baixa. Porque há alguns grupos que desejam, sim, o anarquismo, que não haja regra, que não haja lei, que não haja respeito, que não haja absolutamente nada. Porque as pessoas continuam urinando nas calçadas, fazendo outras necessidades fisiológicas nas calçadas, bebendo cerveja em copo plástico e largando na rua, e depois fica para a municipalidade a atribuição de limpar as ruas da Cidade. Então, essa atribuição também deve ser dos empresários, que não podem pensar só da porta do seu estabelecimento para dentro, que têm que pensar na Cidade. Então, Sr. Presidente, quero dizer que recrudescer, retornou o problema da Cidade Baixa, que vai exigir de nós, Vereadores, do Poder Público e dos frequentadores da Cidade Baixa, um esforço muito grande, para que a gente continue, Sr. Presidente, valorizando aquele espaço, que a gente continue valorizando a Cidade Baixa, como um

espaço de excelência, de efervescência cultural, mas que também se respeite os moradores que lá estão, que se preserve a questão da Segurança pública, que tem sofrido muito também. Enfim, para que se encontre uma mediação para que, numa democracia e numa cidade que deve estar dentro do espírito democrático de direito – quer dizer, tem que ter liberdade, mas tem que ter norma –, todos possam ter seus direitos respeitados. Era esse o relatório, Sr. Presidente.

Eu quero agradecer pelo tempo de liderança do partido e deixar aqui este convite a todos os Vereadores que estão aqui, de novo: venhamos a nos envolver no problema da Cidade Baixa e encontremos uma saída mediada que respeite o direito dos moradores, dos empreendedores e daqueles que querem fazer festa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, vou trazer a nossa saudação aos nossos visitantes da tarde de hoje, essencialmente aos servidores, funcionários do nosso Hospital Porto Alegre, à nossa direção, à nossa associação, AFM, e dizer que falo aqui em meu nome, em nome do meu partido, o PSB, e também falo enquanto líder de Governo. Eu, particularmente, nestas funções de líder de Governo, tive a oportunidade de receber por diversas vezes funcionários, a direção – tanto do Hospital quanto da AFM –, para tratar exatamente deste tema e para manifestar a apreensão e a preocupação de vocês com relação à questão do Hospital Porto Alegre, que é uma apreensão de todos nós. Portanto, meu caro Dr. Thiago, V. Exa. que é médico, sabe muito bem que nós precisamos reconhecer a importância e a necessidade da existência do hospital funcionando e funcionando bem na nossa Cidade. Eu quero registrar que sou funcionário público há 39 anos. Muitos dos senhores e das senhoras me conhecem e sabem disso. E a nossa luta e proposta de preservação, valorização e reconhecimento das nossas instituições públicas no seio de qualquer sociedade para nós é de uma importância ímpar. E é claro que respeitamos, valorizamos também as instituições privadas. Agora, enquanto Município e enquanto Vereadores, nós precisamos lutar pela preservação, crescimento, valorização e reconhecimento da instituição, mas

pág. 20

também essencialmente pelos seus funcionários e dirigentes. É por isto que estou aqui: para dizer que o nosso Governo Municipal se reuniu ontem, se reunirá amanhã e vai continuar tratando esse tema com todo respeito e carinho com a PGM, nossa Procuradoria-Geral do Município, com a Secretaria da Fazenda, com a nossa Secretaria da Saúde e com o DMAE no sentido de buscar alternativa que traga resultados favoráveis a todos nós, porque ganhamos nós estando em operação um hospital no Município de Porto Alegre. Mas todos nós sabemos que quem efetivamente ganha é a população da Cidade. Portanto, estamos nesta jornada e não estamos medindo esforços no sentido de ver de que forma se soluciona satisfatoriamente o problema, meu caro Ver. Pedro Ruas. Estamos todos nós aqui para trazeremos a nossa solidariedade, o nosso respeito e a nossa admiração pelo que produz e faz o hospital e para dizer que estamos, todos nós, irmanados nesta causa, que é uma causa nossa enquanto funcionários, mas, antes de mais nada, é uma causa da cidade de Porto Alegre. Isso nós reconhecemos, e tenho certeza que o Prefeito Municipal de Porto Alegre também o reconhece. Um abraço a vocês. Parabéns pela luta.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Não há mais Vereadores inscritos para falar. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h38min.)